

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – UFPR  
ESPECIALIZAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA  
TURMA X  
LUIZ FERNANDO NUNES MORAES**

**O EMPRESARIADO ENQUANTO ATOR POLÍTICO: REFLETINDO SOBRE  
DIFERENTES PERSPECTIVAS ANALÍTICAS**

**Curitiba  
2011**

**LUIZ FERNANDO NUNES MORAES**

**O EMPRESARIADO ENQUANTO ATOR POLÍTICO: REFLETINDO SOBRE  
DIFERENTES PERSPECTIVAS ANALÍTICAS**

Monografia apresentada, como pré-requisito para conclusão do Curso de Especialização em Sociologia Política, Universidade Federal do Paraná - UFPR.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Neves Costa

Curitiba

2011

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus pais que dentre suas diversas orientações sempre despertaram em mim o interesse perseverante pelo estudo. Graças a eles sinto-me hoje coroando seus esforços.

Aos meus irmãos pelo exemplo de vida, de solidariedade e de luta serviram de referencial para o meu caminho trilhado.

A todos os professores do Curso de Especialização em Sociologia Política da Universidade Federal do Paraná – UFPR, em especial, ao meu orientador, professor Paulo Neves Costa, pela paciência, atenção e por dar grande contribuição a esta jornada.

À minha esposa, a professora Audren Azolin, pois sem ela essa minha caminhada teria sido impossível.

## RESUMO

A análise, de cunho bibliográfico, proposta por este trabalho visa analisar alguns artigos, de quatro autores, publicados sobre o empresariado enquanto ator político no Brasil. Mais especificamente, a análise consiste em identificar as abordagens analíticas dos autores, considerando três grandes saberes: Ciência Política, Sociologia Política e Sociologia da Política. Busca-se, também, o registro das contribuições desses autores para o estudo do empresariado enquanto ator político.

Palavras-chave: Abordagens analíticas, Empresariado, Ator Político.

## SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO.....	6
2- A PERSPECTIVA ANALÍTICA DOS AUTORES.....	8
2.1- A PERSPECTIVA ANALÍTICA DA SOCIOLOGIA POLÍTICA.....	8
2.2- A PERSPECTIVA ANALÍTICA DA CIÊNCIA POLÍTICA.....	13
2.3- A PERSPECTIVA ANALÍTICA DA SOCIOLOGIA DA POLÍTICA.....	19
3- O EMPRESARIADO ENQUANTO ATOR POLÍTICO: A CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES.....	24
3.1- CONTRIBUINDO COM VARIÁVEIS POLÍTICAS.....	24
3.2- CONTRIBUINDO COM VARIÁVEIS SOCIAIS.....	27
4- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
BIBLIOGRAFIA.....	32

## 1- INTRODUÇÃO

O presente trabalho monográfico visa compreender o empresariado enquanto ator político. A justificativa de se estudar esse grupo social é a sua importância nas sociedades capitalistas. No senso comum, o empresariado é visto como aquele grupo social que detém o poder, ou seja, relaciona-se poder econômico e poder político.

A força da análise marxiana e marxista, em especial inspirada na obra *O Manifesto Comunista*, serviu de base acadêmica (e científica) para estabelecer essa relação entre poder econômico e poder político.

Entendemos que se torna relevante pesquisar o empresariado enquanto ator político em contextos democráticos por dois motivos: 1) pelas disputas políticas de interesses e espaços de poder com outros grupos sociais e 2) que os empresários dos diversos segmentos (industrial, financeiro, comercial, serviços) não são coesos em seus interesses, ou seja, há uma fragmentação.

Esses motivos inquietantes levaram-nos ao desejo de conhecer o empresariado enquanto ator político importante nas sociedades capitalistas mais de perto. Entretanto, a presente pesquisa não é de caráter empírico. Assim, este trabalho monográfico destina-se a analisar, numa perspectiva comparada, as *abordagens científicas* sobre a *ação política* do empresariado brasileiro; isto é, selecionar e compreender algumas pesquisas que nos permite refletir sobre o *comportamento político do empresariado no Brasil*.

A proposta consiste em analisar comparativamente cinco artigos, *Objeto* de nossa pesquisa: *O Lobby da Indústria no Congresso Nacional: Empresariado e Política no Brasil Contemporâneo* (MANCUSO, 2004); *Construindo Leis: Os Construtores e as Concessões de Serviços Públicos* (MANCUSO, 2003); *Empresariado, Instituições Democráticas e Reforma Política* (COSTA, 2007); *Empresariado, Regime Político e Democracia: Brasil, anos de 1990* (COSTA, 2005); *Empresário Industrial, Democracia e Poder Político* (BRESSER-PEREIRA, DINIZ, 2009).

A natureza comparativa deste trabalho monográfico nos permite formular o seguinte *problema de pesquisa*: *a partir dos artigos selecionados, quais as abordagens analíticas e contribuições dos autores em relação ao comportamento político do empresariado no Brasil?*

Acreditamos que uma análise científica de qualquer tema deva considerar essas duas questões (abordagem analítica e contribuições). Nas Ciências Sociais situar epistemologicamente os autores é um passo importante para análise sociológica.

A empreitada da presente pesquisa busca compreender os aspectos principais e não aprofundar a discussão sobre a análise teórica da ação política do empresariado. Posto isso, busca-se uma aproximação com a referida temática. O *Objetivo consiste* em compreender *como* os autores analisaram o empresariado enquanto ator político.

Para nossa empreitada analítica, o *procedimento metodológico* consiste numa análise bibliográfica, numa perspectiva comparada e argumentativa. O procedimento metodológico utilizado destina-se apenas a compreensão dos artigos elencados no sentido de analisar o problema e as teorias que os orientam.

## 2- A PERSPECTIVA ANALÍTICA DOS AUTORES

No presente Capítulo levantamos alguns elementos analíticos que sustentam a afirmação de que os artigos de Costa (2005; 2007) são coerentes com o que esta pesquisa entende como perspectiva analítica da *Sociologia Política*. E os artigos de Mancuso (2003; 2004) encontra-se na perspectiva analista da Ciência Política hegemônica<sup>1</sup>.

Por sua vez, os artigos de Bresser-Pereira e Eli Diniz (2009) não apresentam abordagens que possam ser caracterizadas nos dois saberes. Entretanto, podemos identificar aproximação da perspectiva desses autores com a Sociologia da Política.

### 2.1- A PERSPECTIVA ANALÍTICA DA SOCIOLOGIA POLÍTICA

No sentido de explicar porque os artigos de Costa (2005; 2007) fazem parte da abordagem analítica da Sociologia Política, autores como Nelson Rosário de Souza, Sartori e Lipset, Perissinotto são importantes. Segundo Lipset,

Os sociólogos políticos argumentam agora que o Estado é apenas uma das muitas instituições políticas e que as instituições políticas são unicamente um dos vários grupos de instituições sociais [...] e que a relação entre a instituição política e outras instituições é o campo especial da Sociologia Política. Ao debaterem com os cientistas políticos sobre as credenciais da Sociologia Política, os sociólogos sustentaram que o estudo independente do Estado e de outras instituições políticas não faz sentido teórico (LIPSET, 1979, p. 23).

A Sociologia Política vai de encontro ao *reducionismo politicista* da Ciência Política, em especial as abordagens que analisa a política considerando apenas as instituições políticas isoladamente. E também rejeita análise política do *reducionismo sociológico* da Sociologia da Política.

Para *Sociologia da Política*, a política é mais um fenômeno social. E para ser analisada não pode ser isolada de seu contexto, pois mantém relações com “[...] outros elementos da realidade social (econômicos, culturais, ideológicos, etc.)” (DUVERGER, S/D, p. 13). A Sociologia da Política é um *subcampo* da *Sociologia*

---

<sup>1</sup> A Ciência Política atualmente está no paradigma neo-institucionalista. Entretanto, este novo paradigma divide-se em Neoinstitucionalismo histórico e Neoinstitucionalismo da escolha racional. Pode-se também considerar a existência do Neoinstitucionalismo sociológico, porém, não existe um consenso sobre a existência desta vertente. Dentre essas três vertes, na Ciência Política a vertente da escolha racional é hegemônica.

*geral*. Se a Sociologia Política não é Ciência Política nem Sociologia da Política, o que seria então? Para Sartori,

A sociologia política é um híbrido interdisciplinar que tenta combinar as variáveis sociais e políticas explanatórias, isto é, os insumos (*inputs*) sugeridos pelo sociólogo e os sugeridos pelo cientista político. A sociologia da política é, pelo contrário, uma redução sociológica da política (SARTORI, 1972, p. 112).

Se a Sociologia Política não é Sociologia da Política e muito menos Ciência Política, torna-se fundamental identificar “geograficamente” onde fica seu objeto de pesquisa, pois parece ficar ente a sociedade e a política (instituições política). Neste particular, Souza oferece grande contribuição:

O espaço da sociedade civil, localizado entre o Estado e a dimensão privada, é o foco principal da Sociologia Política: como se organiza o público, seus interesses, atores e suas instituições (partidos, grupos de pressão, sindicatos, associações comunitárias, burocracia etc.). Dentro dessas fronteiras, que não são rígidas, se constrói o saber dessa ciência interdisciplinar (SOUZA, S/D, p. 12).

Assim, podemos identificar o espaço do *objeto de pesquisa* da Sociologia Política: as instituições sócio-políticas e aqueles que buscam formar forças políticas. É importante identificar o espaço do objeto da Sociologia Política e em que momento as instituições não-políticas podem ser analisadas<sup>2</sup> por esse saber, pois,

A nova hipótese, própria à investigação de uma ciência interdisciplinar como a Sociologia Política, é de que a ação das instituições sociopolíticas, entre elas sindicatos, os partidos, as associações de classe, criariam redes estratégicas de solidariedade e identidade com força política (SOUZA, S/D, p. 12)

O empresariado é um grupo social de interesses privados constituídos, também, com interesses políticos. Assim, este grupo social está localizado entre o privado e o político quando age enquanto força política. É nesta ótica que classificamos os artigos de Costa (2005; 2007) na abordagem da Sociologia Política.

---

<sup>2</sup> A Sociologia Política não se limita a pesquisar apenas as instituições tradicionais sócio-políticas. Existem instituições que não são sócio-políticas, mas podem, em determinados momentos, se transformarem em grupos de pressão. Servem de exemplos os grupos étnicos e raciais que num primeiro podem se reunir para fortalecer e divulgar suas culturas, mas que no tempo percebem a importância de pressionar a classe política em defesa de seus interesses. Eis aqui o momento em que a Sociologia Política pode analisá-los em busca de seus valores e percepções sobre democracia, instituições políticas e etc.

O primeiro artigo analisado é *Empresariado, Instituições Políticas e Reforma Política*. Inicialmente o título nos sugere uma temática da Ciência Política. Entretanto, segundo Costa,

O objetivo deste trabalho é fazer um ensaio analítico sobre os valores e percepções do empresariado brasileiro no que diz respeito às instituições políticas democráticas vigentes e a possibilidade de sua transformação. Trata-se de pesquisa na qual procuramos verificar quais são as concepções sobre a *democracia*, as *instituições políticas*, a *necessidade e o processo de transformação* dessas instituições e sobre o *possível impacto das ações concretas* do empresariado frente a esse processo e ao funcionamento do regime político democrático (COSTA, 2007, p. 99)

Costa deixa claro que a preocupação do seu artigo aqui analisado é com os valores e percepções que o empresariado brasileiro tem a respeito das instituições políticas democráticas. O artigo de Costa não é uma análise das instituições políticas. É importante destacar o sujeito da pesquisa de Costa e os procedimentos metodológicos:

Para tanto, contemplamos os presidentes de algumas entidades de representação do empresariado, em âmbito nacional, entre 2004 e 2005. Por meio da aplicação de um questionário, procuramos captar a opinião acerca das particularidades e das prerrogativas da democracia, dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, das eleições e do sistema eleitoral, bem como das instituições representativas, em especial os partidos políticos, os sindicatos e as associações [...] (COSTA, 2007, p. 99)

É importante observar que artigo de Costa não identificou os valores e percepções dos líderes empresariais brasileiros, mas de alguns líderes de entidades empresariais. Não era a preocupação do autor identificar as *percepções e valores* do empresariado nacional a respeito das instituições democráticas, mas testar e apresentar uma nova agenda de pesquisa: os valores e concepções enquanto *variável explicativa* do comportamento político do empresariado no Brasil (COSTA, 2007, p. 100). Segundo Costa: “[...] o trabalho é importante pela sua proposta de agenda de pesquisa [...]” (COSTA, 2007, p. 99).

Em relação a essa proposta de agenda de pesquisa que enfatiza as concepções e valores, Costa chamou atenção para outra questão que é fundamental, especialmente quando se quer identificar e atribuir sociologicamente um conjunto de valores a um determinado grupo social: “[...] verificar o grau de homogeneidade das opiniões dos presidentes contemplados pela pesquisa” (COSTA, 2007, p. 100). A importância dessa homogeneidade é porque Costa busca

não apenas analisar o comportamento político do empresariado, mas também os padrões de ação política do empresariado (COSTA, 2007, p. 100).

Eis aqui a contribuição da perspectiva analítica da Sociologia Política para o estudo da ação política do empresariado no Brasil: *valores e percepções* do empresariado enquanto *variável explicativa* (variável independente) do *comportamento político* (variável dependente - variável a ser explicada) desse grupo social.

Costa colocou uma agenda de pesquisa para o estudo que relaciona empresariado e política, para além de variáveis econômicas que buscam compreender o peso político das entidades empresariais a partir das seguintes variáveis econômicas: a importância econômica da unidade federativa, a importância que determinadas atividades empresariais têm para o país e a relação seguimento empresarial e PIB (COSTA, 2007, p. 100).

Essa nova agenda busca enfatizar enquanto variável explicativa dessa ação, os valores e concepções homogêneas do empresariado brasileiro. A preocupação de Costa era de ordem metodológica. Em outras palavras: Costa (2007) estabeleceu variáveis políticas sociológicas para análise do comportamento político do empresariado no Brasil.

Ainda considerando o problema de pesquisa, o artigo (Costa, 2007) se situa na perspectiva analítica da Sociologia Política, pois,

[...] *não estamos propriamente analisando, neste momento, a ação política. Nossa preocupação está voltada para as percepções e avaliações a respeito das instituições políticas, que, além de possuírem em si relevância sociológica, estão sendo aqui consideradas como elementos que podem contribuir para a construção de estratégias mais eficazes para estudos futuros das ações políticas propriamente ditas* (COSTA, 2007, p. 101)

A preocupação de Costa (2007) no artigo analisado não é com as ações políticas propriamente ditas, isto é, sua análise não considera a ação política do empresariado dentro das instituições políticas, em especial no processo decisório. Este espaço de análise, os das instituições sociopolíticas, é o espaço de análise da Sociologia Política. Costa (2007) na sua análise política não operou o *reducionismo sociológico* da Sociologia da Política nem o *reducionismo politicista* de uma determinada Ciência Política.

Neste “espírito” de identificar a perspectiva analítica do autor, passo em revista outro artigo de Costa: *Empresariado, Regime Político e Democracia: Brasil,*

anos de 1990. A preocupação de Costa em ambos os artigos centra-se na relação entre empresariado (grupo social) e democracia (instituições políticas). Neste artigo em especial, segundo Costa,

A questão que pretendemos tratar é a articulação entre os *padrões de ação política* do empresariado e o arranjo político-institucional, ou seja, o *regime político*, no contexto da democracia, tomando por referência o Brasil no período entre 1984 e 1994 (COSTA, 2005, p. 110).

Embora Costa saiba da importância do empresariado nas sociedades capitalistas (COSTA, 2005, p. 111), seu objetivo no artigo é analisar os padrões de comportamento político das entidades empresarias, sem considerar o impacto desse comportamento na construção da democracia no Brasil.

É importante destacar que, nesse artigo Costa (2005) centra também seu estudo no espaço analítico da Sociologia Política, conforme definiu Souza (S/D). Isso se torna mais evidente quando Costa afirmou que “Não estamos discutindo se o empresariado é ou não o condutor da construção das instituições políticas ou do processo decisório.” (COSTA, 2005, p. 111). Estando na perspectiva analítica da Sociologia Política, o artigo (Costa, 2005) centrou sua análise nos *padrões gerais*, pois,

[...] existem os *padrões gerais*, que podem ser apreendidos a partir das concepções de política e de democracia. Os valores, as avaliações e os objetivos mais fundamentais da ação política contribuem, portanto, para a compreensão das diretrizes desta ação; enfim, trata-se das *táticas* (COSTA, 2005, p. 112).

Posto isso, o artigo faz as seguintes relações: a definição de *padrões específicos* está relacionada às *estratégias*, que por sua vez, relaciona-se com *ações concretas*. A definição de *padrões gerais* relaciona-se às *táticas*. Estas estão relacionadas às *diretrizes* (valores e concepções).

É na relação entre *padrões gerais* (variável independente) e *padrões específicos* (variável dependente) que está o cerne da pesquisa de Costa (2005).

Na perspectiva de Costa (2005) essa articulação entre *padrões específicos* e *padrões gerais*, logo, entre *estratégias* e *táticas*, conseqüentemente entre *ações concretas* e *valores* consiste numa relação causal.

Costa (2005) demonstra que a ação política do empresariado é orientada por valores e não apenas, como acredita Mancuso (2003; 2004), por um cálculo racional

como veremos nas páginas que se seguem. Esta conclusão valida a agenda de pesquisa proposta por Costa, dentro da perspectiva analítica da Sociologia Política.

Afirmar que um pesquisador é um sociólogo político e outro é um cientista político não é objetivo desta pesquisa, pois não queremos criar rótulos. O que a pesquisa está enfatizando é que naquele momento (artigo analisado) o pesquisador se valeu da perspectiva da Ciência Política, ou da Sociologia Política ou da Sociologia da Política.

## 2.2- A PERSPECTIVA ANALÍTICA DA CIÊNCIA POLÍTICA

Neste “espírito” de não rotular os autores, classificamos os artigos de Mancuso (2003; 2007) na perspectiva analítica da Ciência Política. Entretanto, levantamos a seguinte questão: se a pesquisa sobre o empresariado enquanto força política é entendido enquanto objeto da Sociologia Política, pois está no espaço “geográfico” entre o privado e o político, como classificar os artigos de Mancuso, então, como sendo da abordagem da Ciência Política?

A Ciência Política contemporânea está no paradigma neo-institucional, isto é, a retomada das instituições como variável explicativa para dinâmica do comportamento dos atores (PERES, 2008, p. 61). Não é um simples retorno ao institucionalismo abstrato<sup>3</sup>, pois traz para a análise institucional a pesquisa empírica. Segundo Peres essa relação entre instituições e comportamento dos atores consiste no seguinte:

Portanto, a posição generalizada de rejeição às premissas comportamentalistas enfatiza que as variações quanto ao desenho constitucional – por exemplo, forma de governo, sistema eleitoral, modelo federativo, regras do processo legislativo etc. – e quanto às modalidades de interação econômica – relação entre Estado e mercado, relações contratuais de trabalho, relações entre eleitores e partidos etc. – produzem interações específicas e, dessa forma, induzem a resultados políticos diversos (PERES, 2008, p. 64)

---

<sup>3</sup> Peres pesquisou o desenvolvimento da Ciência Política. O desenvolvimento desse saber compõe algumas etapas: a primeira foi o antigo institucionalismo cuja preocupação era apenas com as instituições. A análise desse período é puramente filosófica e dedutiva. A sua preocupação apenas com as instituições políticas desconsiderava totalmente o indivíduo. A segunda etapa do desenvolvimento consistiu na negação dos pressupostos do antigo institucionalismo que, rejeitando as instituições, considerava apenas o comportamento dos atores políticos, o *comportamentalismo*. Essa análise se pautava na perspectiva de que somente olhando para os atores que se poderia analisar cientificamente o que poderia ser cientificamente observado, saindo do abstrato para o concreto. O olhar era para a atuação dos indivíduos nos sistemas políticos, numa perspectiva psicológica dos atores políticos.

A Ciência Política estabelece, também, um espaço “geográfico” para seu objeto de pesquisa: as instituições propriamente políticas. A Ciência Política analisa os atores políticos dentro das instituições políticas (espaço “geográfico”), considerando a relação entre instituições e atores políticos, na relação estrutura e ação. Segundo Perissinotto,

[...] o único modo de analisar cientificamente os fenômenos políticos residia no estudo de comportamentos observáveis, pois estes seriam a fonte empírica que revelaria aos analistas as preferências reais dos atores políticos (PERISSINOTTO, 2004, p. 204).

Para Ciência Política importa analisar os atores dentro das instituições políticas, que de determinada forma considera as contribuições comportamentalista, em especial na *unidade analítica da decisão*. Segundo Easton,

A utilização desta variável como unidade básica rapidamente expandiu-se para outras áreas da ciência política, [...] A tomada de decisões passou a ser o novo conceito mais generalizado em pesquisa política. [...] Simultaneamente, pesquisas em torno do voto, sob o estímulo da Psicologia Social, descobriram no conceito de decisão sua matriz teórica (EASTON, 1968, p. 43).

Easton chamou atenção que a *decisão* enquanto unidade básica de análise política é utilizada pelos cientistas políticos em pesquisas de análise de processos políticos gerais, pois, “Estes tendem a ser descritos como os processos através dos quais são tomadas decisões políticas e executadas políticas públicas” (EASTON, 1968, p. 44).

Entender essa abordagem da Ciência Política é importante para entendermos os artigos de Mancuso (2003; 2004). O primeiro artigo analisado é *Construindo leis: os construtores e as concessões de serviços*. Mancuso, neste artigo, faz uma análise sobre a ação coletiva das entidades representativas dos interesses das indústrias da construção civil. O objeto de pesquisa do artigo é o comportamento dessas entidades no momento da elaboração de leis sobre concessão de serviços públicos.

Embora o autor expresse intenção de analisar o comportamento das entidades na elaboração da lei, o mesmo empreende uma análise de ação coletiva. Segundo o autor,

Procuo mostrar que dois conceitos centrais da teoria da ação coletiva formulada pelo economista norte-americano Mancur Olson [...] – os

conceitos de *carona* e de *exploração do grande pelo pequeno* – ajudam a explicar o comportamento daquelas entidades (MANCUSO, 2003, p. 62).

O autor quer analisar os interesses, o cálculo custo-benefício dos atores (as entidades representativas) envolvidos na ação coletiva. Para essa lógica do interesse que conforma a ação coletiva, nos termos colocados acima, exige as teorias de Olson. Segundo Mancuso,

*A Lógica da Ação Coletiva*, de Mancur Olson, é uma obra que tem exercido grande impacto sobre a ciência política contemporânea. O objeto de Olson é o comportamento de indivíduos racionais que formam um grupo e têm interesse na obtenção de um benefício coletivo. Olson define *indivíduo racional* como o indivíduo que procura realizar seus objetivos por meios “eficientes e efetivos” [...]. Qualquer objetivo, desde o mais egoísta até o mais altruísta, pode ser perseguido de forma racional. Mas Olson focaliza especificamente o comportamento de indivíduos racionais que formam aquilo que chama de “grupos econômicos”, ou seja, grupos cujos membros têm interesse na obtenção de benefícios coletivos que resultem em vantagens materiais para si próprios (MANCUSO, 2003, p. 63)

A preocupação de Mancuso consiste em identificar: quem (entidades) participa e por que participa da construção da lei de concessões de serviços públicos.

O autor está preocupado com os problemas de ação coletiva do empresariado, devido à fragmentação dos interesses. Mancuso quer chamar atenção para coesão do empresariado em determinados temas, para ação coletiva orientada por interesses comuns e não valores:

Todas as entidades da indústria da construção que sabiam reconhecer nessas oportunidades um mercado potencial para seus filiados tiveram motivos fortes para se envolverem na elaboração da legislação sobre concessões. Através desse envolvimento, as entidades poderiam tentar garantir a aprovação de regras que proporcionassem a segurança adequada para os construtores que quisessem tornar-se concessionários (MANCUSO, 2003, p. 65).

Enquanto Costa apresentou uma proposta de agenda de pesquisa, Mancuso, por sua vez, aplica enquanto método e metodologia para análise, a lógica da ação coletiva de Olson.

Os indivíduos ou grupos, na perspectiva de Olson, são inseridos numa sociedade que calcula o tempo todo, que mensura lucro e prejuízo. Esta sociedade é desprovida (ou coloca em segundo plano) de valores. A partir desse referencial

teórico, Mancuso se inspira no individualismo metodológico. O autor orienta seu artigo no seguinte:

[...] o interesse comum dos membros de um grupo pela obtenção de um benefício coletivo nem sempre é suficiente para levar cada um deles a contribuir para a obtenção desse benefício. Há circunstâncias em que o indivíduo racional, buscando maximizar seu próprio bem-estar, prefere que os outros membros do grupo paguem o custo da obtenção do benefício coletivo para, assim, poder gozar das vantagens dele oriundas sem ter gasto nada (MANCUSO, 2003, p. 63).

Esta orientação está dentro do mais puro individualismo metodológico, que se baseia na *psicologia econômica*. O Neoinstitucionalismo da escolha racional, que hoje é hegemônica na Ciência Política, faz uso dessa metodologia. Fica claro que Mancuso centra sua análise no comportamento dos atores políticos inseridos na dinâmica do processo de decisão política.

Autores que contribuíram para o individualismo metodológico como Kenneth Arrow, James Buchanan, William Riker, Gordon Tullock, Anthony Downs e Mancur Olson visavam apontar, segundo Bruno Sciberras de Carvalho,

[...] as falhas das análises sociais e políticas que desconsideram as atividades voltadas para a satisfação de interesses próprios. [...] a ação social normal deve ser tida como resultado do raciocínio pessoal que relaciona de modo eficiente meios escassos e fins construídos autonomamente. Dois pontos destacam-se em tal concepção. O primeiro é a noção de uma reflexão pessoal constante dos custos e benefícios de todas as conseqüências das atividades ordinárias. O segundo ponto é a idéia de que os indivíduos percebem seus pares como meios para a obtenção de seus fins pessoais. A noção de racionalidade é vinculada, então, à idéia de consumidor da teoria econômica [...] (CARVALHO, 2010, p. 111).

É importante, aqui, retomar a pergunta colocada anteriormente: se o espaço de análise da Sociologia Política são as instituições sócio-políticas, por que, então, este artigo está na abordagem da Ciência Política, já que a pesquisa aqui em epígrafe está analisando entidades representativas das indústrias da construção?

A resposta encontra-se na definição do espaço da Ciência política, que define seu objeto. Segundo Souza,

[...] a Ciência Política se ocupa fundamentalmente da análise das instituições políticas, aquelas que abrigam os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário; e dos processos políticos, ou seja, ações que visam a conquista e/ou manutenção do poder do Estado. Assim, o objeto central da Ciência Política é o Estado, sendo que o olhar dessa ciência alcança as

instituições e processos que estão na órbita do poder político central [...] (SOUZA, S/D, p. 9).

Eis aqui o motivo de a análise de Mancuso está na abordagem da Ciência Política. As entidades representativas da construção civil estavam se organizando para participar do processo decisório da construção da lei de concessões, logo, encontravam-se na órbita do poder central.

O artigo de Mancuso (2003) não apenas analisa as entidades na órbita do Estado, mas também dentro do processo decisórios, pois,

Este artigo focaliza uma parcela específica do empresariado brasileiro (a indústria da construção) e sua atuação no processo de elaboração de regras também específicas (a legislação sobre concessões de serviços públicos), mas ele oferece uma contribuição para o estudo de uma questão de importância mais geral, que diz respeito a articulação dos interesses do empresariado que atua no Brasil ao longo do processo de produção legislativa de nível federal. (MANCUSO, 2003, p. 83).

O percurso analítico do Mancuso (2003) vai desde a ação coletiva até atuação do empresariado dentro do processo decisório, em especial na transformação de seus interesses em norma jurídica.

Se Costa reduziu as estratégias à ideologia, Mancuso, em *O Lobby da Indústria no Congresso Nacional: Empresariado e Política no Brasil Contemporâneo*, reduziu as estratégias às regras do jogo. Enquanto Costa analisou o comportamento político do empresariado a partir de valores, Mancuso vai analisar o comportamento político do empresariado numa perspectiva de estrutura (instituições políticas) e ação (comportamento político do empresariado), quando as instituições determinam a ação dos atores: as instituições contam.

Diferente dos artigos de Costa aqui analisados, Mancuso analisa o comportamento político do empresariado na órbita e dentro das instituições políticas. Isso se evidencia quando o autor abre seu artigo, *O Lobby da Indústria no Congresso nacional: Empresariado e Política no Brasil Contemporâneo*, afirmando que,

Em maio de 1995, industriais de todo o país reuniram-se com deputados federais e senadores filiados a partidos políticos de diversas tendências ideológicas na sede da Confederação Nacional da Indústria – CNI, em Brasília, para participar do seminário *Custo Brasil – Diálogo com o Congresso Nacional*. Desde então, e até hoje, reduzir o *custo Brasil* tornou-se a expressão que resume a principal demanda dirigida pelo empresariado

industrial ao poder público para favorecer o crescimento econômico do país, em geral, e o fortalecimento da indústria, em particular (MANCUSO, 2004, p. 505).

Assim como Costa (2005), Mancuso se preocupou com a homogeneidade do empresariado, pois,

Como explicar o fato de a indústria no Brasil, em meados da década de 90, ter sido capaz de superar os problemas de ação coletiva típicos de um grupo formado por muitos atores heterogêneos e de adotar uma agenda comum formada por temas que superam as clivagens que dividem as empresas em função da competição pelo mercado, ou do seu porte, ou do ramo de atividade em que atuam? Como explicar, enfim, que a redução do *custo Brasil* se tenha constituído na síntese da agenda política do empresariado industrial? (MANCUSO, 2004, p. 506).

Se para Costa a homogeneidade baseava-se em valores, para Mancuso a homogeneidade girava em torno de interesses:

[...] argumento que a **emergência da pauta de interesses comuns** decorreu de dois fatores: em primeiro lugar, a elevação da competitividade ao patamar de objetivo prioritário das empresas industriais; em segundo, o trabalho conjunto de organizações do setor industrial para definir o conteúdo do *custo Brasil* e pugnar por sua redução (MANCUSO, 2004, p. 506).

Preocupado com a fragmentação dos interesses das indústrias, o que resulta de um problema de ação coletiva, Mancuso destaca o papel importante da Confederação Nacional da Indústria – CNI na formulação do conceito Custo Brasil para definição de uma agenda comum para indústria (MANCUSO, 2004, p. 210).

A análise empreendida de Mancuso é *presentista*, não busca compreender os valores que estão por trás das ações do empresariado que muitas vezes remontam lutas históricas. O autor, assim, apenas consegue identificar os interesses imediatos.

O autor apresenta um modelo para mensurar o sucesso ou fracasso da ação empresarial na produção de leis que interessam ao empresariado industrial. Este modelo, de forma resumida, consiste em comparar a agenda comum elaborada pela CNI e a transformação dessa agenda em norma jurídica. Esse modelo é interessante para *Ciência Política Aplicada*.

É importante esclarecer que a análise da Sociologia Política pode alcançar a análise do processo decisório no interior das instituições políticas. O que a diferencia da análise hegemônica da Ciência Política atual encontra-se na variável explicativa.

A análise da Sociologia Política para explicar o comportamento do empresariado no processo decisório (variável dependente) dar-se-ia pelos valores

dos atores (variável independente). Já na Ciência Política referida, o comportamento dos atores (variável dependente) ocorreria por um jogo estratégico que seria conformado pelas instituições políticas - regras, normas etc. (variável independente) em busca de seus interesses, mediados por um cálculo de custo-benefício.

É baseado nessa última relação entre variáveis que justifica a preocupação de Mancuso na análise do empresariado:

[...] mostro como o setor industrial efetivamente atua ao longo do processo de produção legislativa federal referente à questão do *custo Brasil*. A atividade política do empresariado industrial é classificada em diferentes modalidades de ação. Além disso, discuto o efeito das instituições que regem o processo de produção legislativa sobre as atividades de articulação de interesses desempenhadas pela indústria. (MANCUSO, 2004, p. 506).

A pesquisa de Mancuso (2004) não está preocupada em construir um referencial de valores, como fez Costa. Sua pesquisa busca apresentar “[...] o método adotado para mensurar o grau de sucesso e insucesso obtido pela indústria em processos de produção legislativa relativos ao *custo Brasil*” (MANCUSO, 2004, p. 506).

Enquanto Costa buscou apresentar uma variável explicativa para o comportamento político do empresariado, Mancuso (2004) buscou, também, mostrar como o empresariado se comportou diante as instituições políticas no sentido de conseguir seus interesses.

A contribuição de Mancuso, assim como de Costa, parece trazer para agenda de pesquisa do empresariado enquanto ator político, as variáveis explicativas eminentemente políticas. Articulando o ponto de partida de Mancuso e Costa, levantamos as seguintes perguntas: diante a grande fragmentação do empresariado, pode-se construir uma coesão desse grupo social a partir de uma confluência de valores ou de interesses? Parece que os autores tentam, também, dar conta desse problema.

### 2.3- A PERSPECTIVA ANALÍTICA DA SOCIOLOGIA DA POLÍTICA

O terceiro artigo a ser analisado é *Empresariado Industrial, Democracia e Poder Político*, de Bresser-Pereira e Diniz (2009). Diferente dos outros textos anteriores, Diniz e Bresser-Pereira não analisam o empresário enquanto ator político

a partir de valores do empresariado nem de suas ações estratégicas dentro do processo decisório. A preocupação dos autores consiste no seguinte:

[...] o Brasil entrou em um processo gradual de desindustrialização prematura combinado com taxas muito modestas de crescimento econômico. Nessa década, a participação dos empresários industriais na vida política nacional perdeu força e influência. Qual a razão dessa derrota dos empresários industriais? Seriam suas causas externas? Seria ela inevitável dada à hegemonia neoliberal que se estabeleceu no mundo nos anos de 1990? Ou existiriam outras razões para que o país perdesse a idéia de nação, deixasse de realizar uma política econômica autônoma e crescesse a taxas muito menores do que a grande maioria dos demais países, mesmo depois de haver estabilizado os preços em 1994? (BRESSER-PEREIRA, DINIZ, 2009, p. 84)

Percebe-se que preocupação dos autores com a perda de força política do empresariado está relacionada a contextos políticos e econômicos da industrialização no Brasil, o objeto do artigo. Os autores consideram também para o enfraquecimento da ação política do empresariado fatores internacionais:

No início dos anos de 1990, a submissão do país ao consenso de Washington ou à ortodoxia convencional significou para os empresários industriais diminuição significativa de poder político e, para o país, a perda de uma estratégia nacional de desenvolvimento (BRESSER-PEREIRA, DINIZ, 2009, p. 85).

A análise dos autores parte da quase totalidade de fatores que podem enfraquecer o empresariado: estrutura político-ideológica e econômica. Os autores chamam atenção que o enfraquecimento do empresariado deu-se quando o Brasil deixou de ter um projeto nacional de desenvolvimento, pois,

No início dos anos de 1990, a submissão do país ao consenso de Washington ou à ortodoxia convencional significou para os empresários industriais diminuição significativa de poder político e, para o país, a perda de uma estratégia nacional de desenvolvimento (BRESSER-PEREIRA, DINIZ, 2009, p. 85).

Assim como Costa (2005; 2007), Bresser-Pereira e Diniz (2009) estão atentos a questão ideológica-política. A evidência de nossa afirmação comprova-se quando os autores afirmam que,

Durante mais de cinquenta anos, desde os anos de 1930, os empresários industriais associados a segmentos da alta burocracia haviam dado suporte à estratégia da industrialização por substituição de importações, fazendo parte do núcleo dirigente no Brasil. Do ponto de vista ideológico-doutrinário, dois princípios típicos do capitalismo — o liberalismo e o nacionalismo — combinaram-se, havendo certa prevalência dos valores nacionalistas. Em contraste, nos anos de 1990, os diferentes setores do empresariado, aí

incluindo os industriais, aderem à nova hegemonia neoliberal com suas implicações de teor cosmopolita (BRESSER-PEREIRA, DINIZ, 2009, p. 86)

Percebe-se que a análise dos autores agrega cada vez mais condicionantes que mostram que fatores externos (internacionais) contribuíram muito para o enfraquecimento do empresariado enquanto ator político. Entretanto, têm-se, também, fatores de ordem política, econômica e ideológica.

A força do empresariado enquanto ator político dependia de fatores externos, internos e de estratégias do empresariado. Não obstante, estas estratégias dependiam de oportunidades que combinavam, de forma complexa, fatores como contexto histórico, econômicos, políticos, ideológicos que favoreciam determinados segmentos (industrial ou financeiro) do setor empresarial brasileiro. Essa complexidade fica evidente quando os autores afirmam o seguinte:

Em suma, nos anos de 1990, o empresariado nacional industrial perdeu seu papel político na definição da estratégia nacional de desenvolvimento [...]. Sob a égide das novas diretrizes neoliberais, é a lógica concentradora das grandes corporações transnacionais que comanda a nova ordem econômica, cuja prioridade é a inserção-integração das economias nacionais numa estrutura de poder de escopo transnacional [...]. Somente uma fração muito restrita do empresariado local, em geral associada aos grandes conglomerados, tem condições de aceder e participar desta estrutura. [...]; os que garantiram sua sobrevivência pela fusão, associação ou parceria com empresas internacionais tiveram sua sorte atrelada ao sucesso da estratégia dominante [...]. E adotou-se um conceito de “empresa brasileira” caracterizada por ser aquela que se instala no país, investe no país, nele produz e nele cria empregos. [...] não se fala mais em imperialismo e nacionalismo, mas em integração a uma rede transnacional de interesses diferenciados. (BRESSER-PEREIRA, 2009, p.88)

O artigo de Bresser-Pereira e Diniz (2009) não dialoga com a abordagem da Ciência Política hegemônica no Brasil. O artigo não expressa nenhuma preocupação em analisar a ação política do empresariado dentro das instituições políticas durante processo decisório.

Em alguns momentos, o artigo de Bresser-Pereira e Diniz se aproximara da Sociologia Política, quando relacionou empresariado e valores político-ideológicos. Entretanto, seu objeto de pesquisa não está no escopo dos objetos da Sociologia Política, como definida neste trabalho monográfico, nem na Ciência Política.

Para compreendermos com qual abordagem o artigo de Bresser-Pereira e Diniz (2009) dialogam é importante chamar atenção para motivação que levou Costa (2005; 2007) elaborar uma nova agenda de pesquisa. Segundo o autor,

[...] o peso político de uma entidade, em especial *no que tange à questão do funcionamento das instituições políticas*, não pode ser considerado apenas a partir de variáveis econômicas, nem atribuído ou simplesmente pressuposto, mas sim averiguado quando de sua ocorrência. Essa é uma agenda de pesquisa ainda pouco presente nos estudos sobre empresariado no Brasil. Daí a necessidade de pesquisas que se voltem para a ação política desse grupo em relação a questões importantes da ordem político-institucional da democracia, nos processos normais de seu funcionamento ou em momentos de reforma das instituições políticas. Entendemos que o estudo das percepções e avaliações pode fornecer-nos um elemento comparativo entre, de um lado, o posicionamento prévio e as idéias e, de outro, as ações *ou mesmo a sua falta* (COSTA, 2007, p. 100).

Costa, depois de realizar um balanço sobre a literatura sobre o empresariado enquanto ator político, concluiu que,

Assim, a partir dessa rápida análise da literatura sobre o tema, pode-se observar que o problema do papel do empresariado no funcionamento da democracia tendeu a ficar em segundo plano e que, em geral, os trabalhos privilegiam o setor industrial (COSTA, 2005, p. 109).

O artigo de Bresser-Pereira e Diniz (2009) faz uma análise dos diversos momentos da política industrial brasileira, estabelecendo relação com os diversos contextos políticos brasileiros, considerando, em segundo plano, o empresariado enquanto ator político.

É importante ressaltar, que a política é alvo de estudo de diversos saberes: Ciência Política, Sociologia Política, Filosofia, Sociologia (Sociologia Política), Antropologia, Direito, Economia, História dentre outros. Essa amplitude e saudável cientificamente, por isso é importante identificar *de onde o autor “fala”*, epistemologicamente falando.

Posto isso, entendemos que o artigo de Bresser-Pereira e Diniz (2009) não é uma abordagem da Ciência Política nem da Sociologia Política, mas dialoga com a Sociologia da Política.

Dentro do campo da Sociologia podemos distinguir Sociologia Política de Sociologia da Política. Neste particular, para Lipset, Sociologia da Política apresenta algumas preocupações principais, dentre elas “[...] a análise das condições sociais favoráveis à democracia” (LIPSET, 1979, p. 21).

Assim, para Sociologia da Política é importante pesquisas cujas variáveis explicativas (independentes) encontram-se nas condições sociais e não em variáveis institucionais, pois, como afirmou Lipset, as condições para estabilidade e para instabilidade do regime democrático são as condições sociais e não institucionais.

Na perspectiva da Sociologia da Política é importante analisar os “[...] requisitos sociais dos sistemas democráticos [...]” (LIPSET, 1979, p. 22). O que se tem em Sociologia da Política é a preocupação com questões sociais que servem de sustentação dos sistemas políticos.

O artigo de Bresser-Pereira e Diniz associa as transformações no desenvolvimento industrial brasileiro ao enfraquecimento e fortalecimento do empresariado enquanto ator político relevante no Brasil. Se um ator político importante como o empresariado perde força política no Brasil em contextos democráticos, permite-nos questionar sobre o próprio funcionamento da democracia.

Se o Estado perde de sua força e capacidade de construir um projeto de nacional de desenvolvimento para organizações multilaterais, significa, por sua vez, um problema de soberania que afeta a própria democracia. Análise dessa natureza que estabeleça relação entre condicionantes sociais e regime político encontra-se dentro da perspectiva analítica da Sociologia Política.

### 3- O EMPRESARIADO ENQUANTO ATOR POLÍTICO: A CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

Este Capítulo destina-se a destacar as contribuições dos autores para análise do empresariado enquanto ator político, com especial destaque para as variáveis utilizadas pelos autores identificando-as quanto à natureza das variáveis, se são sociais ou políticas.

Buscamos identificar a natureza das variáveis concordando com Costa (2005; 2007) a respeito da importância de uma nova agenda de pesquisa sobre empresariado enquanto ator político a partir de variáveis políticas, sejam ela na perspectiva da Ciência Política, quanto na perspectiva da Sociologia Política.

#### 3.1- CONTRIBUINDO COM VARIÁVEIS POLÍTICAS

Podemos destacar duas grandes contribuições dos artigos de Costa (2005; 2007) aqui analisados: o primeiro é a apresentação de uma agenda de pesquisa que contemple os valores e concepções do empresariado enquanto variável explicativa da ação política desse grupo social. Segundo o autor,

[...] nosso objetivo não é fazer um levantamento exaustivo das opiniões do empresariado sobre a democracia e seu funcionamento no Brasil, mas, sobretudo, enfatizar a importância da mobilização desse tipo de questão e de variáveis para a análise do empresariado, sua constituição enquanto grupo social, seus padrões de ação política e sua relação com as instituições democráticas. Portanto, a parte empírica deste trabalho e os seus resultados servem mais como forma de defender a necessidade deste tipo de estudo do que buscar ter um quadro efetivamente representativo da posição do conjunto dos empresários frente à democracia (COSTA, 2007, p. 100)

A segunda contribuição foi estabelecer uma relação entre empresariado e instituições políticas, traçando uma metodologia que correlacione variáveis especificamente políticas em detrimento de variáveis econômicas. Neste particular, Costa afirma que,

[...] o eixo da análise da ação política do empresariado detém-se sobre seu processo de organização e representação política e sua relação com o arranjo político-institucional vigente. Trata-se também de uma estratégia analítica, uma vez que estudamos o comportamento político do empresariado ante as instituições políticas como algo fundamental para a compreensão das particularidades de sua ação coletiva e de sua constituição como agente político. Privilegiamos, pois, mais as formas de articulação entre o empresariado e a democracia do que o seu

comportamento no que diz respeito à política econômica, como é mais usual na literatura. (COSTA, 2005, p. 210)

Costa olha para dentro das entidades representativas do empresariado, buscando compreender os valores que estão por trás da ação. Segundo Costa,

[...] ao analisarmos as *táticas* da ACSP e da FCESP, mesmo considerando as diferenças entre essas organizações, observa-se que agiam como se os problemas fossem quase que exclusivamente econômicos e as dificuldades pudessem ser resolvidas simplesmente por uma gestão competente e eficaz. Isso se manifestava na primazia e na necessidade das entidades em recorrer a uma “ideologia” – a da “livre-iniciativa” – como grande bandeira política e justificativa para suas ações políticas (COSTA, 2005, p.113)

O olhar de Mancuso, por sua vez, se dirige para outro lugar: a atuação do empresariado dentro das instituições políticas, isto é, durante o processo decisório. No conjunto dos seus artigos, destacamos três grandes contribuições: a primeira consiste no sucesso do autor em demonstrar que na análise de ação coletiva do empresariado pode se aplicar, metodologicamente, a teoria olsoniana, pois,

A análise do comportamento assumido pelas entidades que representam os interesses dos construtores durante o processo de elaboração da legislação sobre concessões de serviços públicos no Brasil sugere que realmente ocorreram os dois fenômenos previstos pela teoria olsoniana da ação coletiva: a *carona* e a *exploração do grande pelo pequeno* (MANCUSO, 2003, p. 83).

A segunda contribuição consiste na análise sobre a capacidade do empresariado influenciar as decisões políticas. A preocupação do autor é com o lobby do empresariado. Neste particular, Mancuso afirma que,

[...] a articulação dos interesses empresariais é uma atividade que ocorre durante os diversos estágios do processo de produção legislativa. A articulação pode remontar até mesmo ao estágio de redação inicial de uma proposição. Ela pode ocorrer também no estágio de discussão dos projetos nas duas Casas do Congresso Nacional, no estágio de análise e votação dos projetos nas comissões ou no plenário ou ainda no estágio da sanção (ou veto) presidencial (MANCUSO, 2003, p. 84).

Olhando para a atuação do empresariado dentro das instituições políticas nos momentos de processo decisório, Mancuso (2004) apresenta um método de mensurar os sucessos e fracassos do empresariado em conseguir transformar seus interesses em normas jurídicas. Segundo o autor,

Existem cinco modalidades de decisão que encerram definitivamente a tramitação de uma proposição legislativa: esta pode ser *transformada em*

*norma jurídica; prejudicada* (a proposição em questão perde a oportunidade por causa de decisão referente a outra proposição); *rejeitada* (em comissões com poder terminativo, no plenário da Câmara, do Senado ou do Congresso Nacional); *retirada pelo autor* ou *arquivada ao final da legislatura* (MANCUSO, 2004, p. 519)

A terceira contribuição do autor consiste em pensar numa análise que enfraqueça a tese de debilidade política do empresariado. Para tal intento, questiona o autor:

Como explicar o fato de a indústria no Brasil, em meados da década de 90, ter sido capaz de superar os problemas de ação coletiva típicos de um grupo formado por muitos atores heterogêneos e de adotar uma agenda comum formada por temas que superam as clivagens que dividem as empresas em função da competição pelo mercado, ou do seu porte, ou do ramo de atividade em que atuam? Como explicar, enfim, que a redução do *custo Brasil* se tenha constituído na síntese da agenda política do empresariado industrial? (MANCUSO, 2004, p. 506)

Como já afirmamos anteriormente, a questão da fragmentação dos interesses do empresariado está presente em todos os artigos aqui analisados. Refletindo sobre o conjunto desses artigos, percebemos que para coesão de interesses do empresariado, no mínimo, duas questões têm que estar presentes: 1) uma instituição de cúpula que consiga identificar os interesses comuns, assim como, os valores e percepções comuns do empresariado e; 2) a elaboração de estudos e a construção de conceitos que tragam em seu bojo os interesses comuns do empresariado.

Mancuso (2004) chama atenção que na década de 1990 a CNI conseguiu reunir seis fatores que eram de interesse comum do empresariado nacional: 1) excesso e má qualidade da regulação da atividade econômica; 2) legislação trabalhista inadequada; 3) infra-estrutura material insuficiente; 4) sistema tributário que onera a produção; 5) elevado custo de financiamento da atividade produtiva e 6) infra-estrutura social deficiente (MANCUSO, 2004, p. 505). É importante destacar que esses seis fatores compunham o conceito de *custo Brasil*. Segundo Mancuso,

A constatação de que os industriais desempenham um vultoso trabalho conjunto para identificar os projetos de maior impacto sobre o *custo Brasil*, definir uma posição comum e promover esta posição durante o processo legislativo [...] (MANCUSO, 2004, p. 511).

Essa fórmula de reunir diversos interesses num conceito nos chama atenção. O artigo de Bresser-Pereira e Diniz (2009) nos permitiu identificar que muitas vezes esse método de coesão do empresariado nacional foi utilizado.

### 3.2- CONTRIBUINDO COM VARIÁVEIS SOCIAIS

Uma das grandes contribuições do artigo de Bresser-Pereira e Diniz (2009) foi chamar atenção para o fato de que a força e o enfraquecimento do empresariado enquanto ator político tem causas externas: contextos sócio-políticos, econômicos e internacionais. É ilustrativa dessa preocupação externa a seguinte análise:

[...] era também verdade que, entre 1985 e 1989, no primeiro governo democrático, o nacional-desenvolvimentismo sofreu sérias distorções, traduzindo-se no grande desastre econômico e político que foi o Plano Cruzado de 1986 e a hiperinflação do início de 1990. Do ponto de vista econômico, o fracasso do Plano Cruzado revelou-se pelo descontrole da inflação, que explodiu em seguida. Na esfera política, seus efeitos não foram menos nefastos, levando ao fim do grande acordo nacional e popular que se formara em torno da transição democrática (BRESSER-PEREIRA, 2009, p. 85).

Por sua vez, os artigos de Costa (2005; 2007) e Mancuso (2003; 2004) analisam o empresariado enquanto ator político, preocupando-se com questões internas (valores, percepções, interesses, cálculo custo-benefício).

Como afirmamos anteriormente, a elaboração de estudos e construção de conceitos tornou-se, para algumas entidades representativas do empresariado, rotina desde a década de 1990 para construção de temas de interesses comuns do empresariado industrial nacional. A Fiesp, em 1990, publicou o documento *Livre para crescer, proposta para um Brasil moderno*, defendendo postulados neoliberais (BRESSER-PEREIRA, DINIZ, 2009, p. 87).

Com o fracasso da proposta desse documento, segundo Bresser-Pereira e Diniz (2009),

Nesse momento, as elites empresariais mobilizaram-se intensamente e criaram a Ação Empresarial, sob a liderança de Jorge Gerdau Johannpeter, com o objetivo de exercer influência sobre o Congresso na defesa dos postulados liberais (BRESSER-PEREIRA, DINIZ, 2009, p. 87).

Ainda na década de 1990, o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento da Indústria – IEDI lançou um documento com ampla divulgação denominado de *Agenda para um projeto de desenvolvimento industrial*. O objetivo deste documento

era afirmar a importância dos ganhos com estabilidade, privatizações, produtividade, porém, que o Brasil deveria ir além do bom ambiente econômico, no sentido de construir definições políticas estruturais de desenvolvimento da indústria (BRESSER-PEREIRA, DINIZ, 2009, p. 93). Segundo os autores,

Dois anos depois, o IEDI lançou novo estudo com um longo título, “Indústria e desenvolvimento: uma análise dos anos 1990 e uma agenda de política de desenvolvimento industrial para a nova década”, reforçando o argumento a favor de uma redefinição da política econômica, solicitando medidas de estímulo ao mercado interno e de apoio à empresa nacional (BRESSER-PEREIRA, DINIZ, 2009, p. 95).

Outro estudo foi desenvolvido na década de 1990: *A pauta de exportação brasileira e os objetivos da política de exportação*. Este estudo significou o início de estudos sobre macroeconomia. Não foram somente as entidades industriais que fizeram estudos. Segundo os autores,

[...] no campo acadêmico dos economistas, o ensaio, “Uma estratégia de desenvolvimento com estabilidade”, abre pela primeira vez, desde o Plano Real de 1994, um grande debate nacional sobre a política macroeconômica (BRESSER-PEREIRA, DINIZ, 2009, p. 95).

Esses estudos não significavam apenas uma forma racional de compreender os problemas do setor industrial brasileiro e de propor saídas para o desenvolvimento, mas também de mobilização nacional em torno dessas idéias. Isso ficou evidente quando autores informaram que, “[...] Eugenio Staub, na presidência do IEDI, inicia um programa de debate público sobre a conjuntura econômica, ‘Polemizar’ [...]” (BRESSER-PEREIRA, DINIZ, 2009, p. 95).

Bresser-Pereira e Diniz (2009) destacam a importância de estudos sobre macroeconomia que passaram a compor a pauta de pesquisas do empresariado nacional: “Em 2002, assume a presidência do IEDI Ivoncy Lochpe, apontado por seus pares como ‘uma cabeça inteiramente macroeconômica’” (BRESSER-PEREIRA, DINIZ, 2009, p. 96).

É importante ressaltar que o empresariado desenvolveu três elementos que tiveram relação com a *racionalização*<sup>4</sup>, com a *criação de conceitos* e com a *democracia*: 1) os grandes estudos sobre a política econômica nacional cujo objetivo era de apresentar uma proposta de estratégia de desenvolvimento nacional; 2) tais

---

<sup>4</sup> Racionalização aqui significa estudos científicos, objetivos que buscam fazer um diagnóstico do problema do desenvolvimento no Brasil.

estudos foram seguidos de conceitos generalizantes em busca de consenso e 3) a publicização do debate com a sociedade, que remete à idéia de democracia em busca de amplo apoio da sociedade civil.

Outro aspecto de relevo é a importância que o empresariado deu aos estudos macroeconômicos, em detrimento dos microeconômicos. Segundo os autores,

Outros trabalhos surgiram cada vez se orientando mais diretamente para as questões macroeconômicas e principalmente para o problema da taxa de juros excessivamente alta e da taxa de câmbio sobreapreciada (BRESSER-PEREIRA, DINIZ, 2009, p. 96).

A ação do empresariado passou a pautar-se pela racionalidade científica de grandes estudos macroeconômicos e, também, temáticas generalizantes, globais, universais de interesse do empresariado industrial em torno dos seguintes temas: taxa de juros, rejeição de déficit corrente, administração da taxa de câmbio, controle da inflação, redução de impostos e rejeitava, também, o crescimento com poupança externa (BRESSER-PEREIRA, DINIZ, 2009, p. 97).

Esses interesses universais do empresariado são as bases do que se denominou de *neo-desenvolvimentismo*. Segundo os autores,

[...] reacende-se o debate em torno de estratégias alternativas de desenvolvimento e de formas diferenciadas de inserção na ordem global. Uma das alternativas, a estratégia novo-desenvolvimentista<sup>18</sup>, preconiza a relevância da estabilidade econômica e do equilíbrio fiscal, abrindo simultaneamente espaço para a retomada do desenvolvimento com equidade e sustentabilidade (BRESSER-PEREIRA, DINIZ, 2009, p. 97).

A partir do que destacamos sobre o artigo de Bresser-Pereira e Diniz (2009) a respeito de uma coesão em torno de estudos e conceitos universais, pode parecer que a força do empresariado, na visão dos autores, enquanto ator político relevante no Brasil depende fatores internos ao próprio grupo, ou seja, de elaborar interesses comuns. Essa leitura é equivocada, pois,

A grande crise financeira que começou nos Estados Unidos em 2007 e se tornou econômica e global no ano seguinte confirmou o fracasso das políticas econômicas neoliberais de desregulação e enfraquecimento do Estado — políticas que agora estão penalizando os países ricos que as patrocinaram. Esses fatos são lamentáveis, mas têm um mérito: eles configuram uma oportunidade para o Brasil definir uma nova estratégia de desenvolvimento de base nacional — uma estratégia que temos denominado “novo desenvolvimentismo” [...] reacende-se o debate em torno de estratégias alternativas de desenvolvimento e de formas diferenciadas de inserção na ordem global. Uma das alternativas, a estratégia novo-

desenvolvimentista<sup>18</sup>, preconiza a relevância da estabilidade econômica e do equilíbrio fiscal, abrindo simultaneamente espaço para a retomada do desenvolvimento com equidade e sustentabilidade (BRESSER-PEREIRA, DINIZ, 2009, p. 97).

Os artigos aqui analisados são importantes para refletirmos sobre os temas candentes sobre o empresariado nacional, enquanto ator político relevante. Entretanto, observa-se outra fundamental importância: agendas de pesquisa sobre esse importante ator.

#### **4- CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O conjunto de artigos aqui analisados, com diferentes abordagens científicas, sobre o empresariado, mostrou-nos a complexidade desse grupo social enquanto ator político. Entendemos que, a coesão do empresariado para uma atuação política depende de um conjunto de fatores, que dentre eles destacamos os valores e os interesses. Acredito que não podemos analisar o empresariado enquanto ator político isolando esses dois fatores.

A riqueza desses artigos encontra-se, também, na pluralidade das abordagens científicas, nas variáveis que estabeleceram e nos resultados obtidos com suas pesquisas. Aprofundar as pesquisas, os debates, os encontros, seminários, palestras, congressos sobre o empresariado enquanto ator político é fundamental pela importância que esse grupo social tem para as sociedades democráticas contemporâneas.

Embora a preocupação deste trabalho monográfico consistisse em identificar as abordagens analíticas dos autores, no decorrer da pesquisa observamos a importância e a necessidade de se pesquisar futuramente esses documentos e estudos que visaram criar conceitos que pudessem criar uma agenda comum de ação política do empresariado brasileiro.

Acreditamos que esses documentos e estudos possam nos oferecer condição de identificar e analisar tantos os interesses, na perspectiva de Mancuso, quanto de valores e percepções, na perspectiva de Costa. E seria um ganho científico maior se tal pesquisa considerasse ambas as perspectivas analíticas.

## BIBLIOGRAFIA

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; DINIZ, Eli. Empresariado industrial, democracia e poder político. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 84, 2009 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002009000200006&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002009000200006&lng=pt&nrm=iso)>. Acessado em 20 jul. 2010.

COSTA, Paulo Roberto Neves. Empresariado, regime político e democracia: Brasil, anos de 1990. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 20, n. 57, fev. 2005 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092005000100007&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092005000100007&lng=pt&nrm=iso)>. Acessado em 10 mai. 2010

\_\_\_\_\_. Empresariado, instituições democráticas e reforma política. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, n. 28, jun. 2007 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-44782007000100007&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782007000100007&lng=pt&nrm=iso)>. Acessado em 10 mai. 2010

DUVERGER, Maurice. Introdução à Sociologia dos Partidos Políticos. In: GURVITCH, G.. Tratado de Sociologia (S/D). VOL. 2, São Paulo: Martin Fontes.

EASTON, D. (1968). Uma teoria da análise política. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

LIPSET, S. M. (1979). A Sociologia da Política. In: \_\_\_\_\_. O Homem Político. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 21-31.

\_\_\_\_\_. (1972). Política e Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

MANCUSO, Wagner Pralon. Construindo leis: os construtores e as concessões de serviços. **Lua Nova**, São Paulo, n. 58, 2003 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64452003000100005&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452003000100005&lng=pt&nrm=iso)>. Acessado em 14 set. 2010.

\_\_\_\_\_. O lobby da indústria no Congresso Nacional: empresariado e política no Brasil contemporâneo. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 3, 2004 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582004000300003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582004000300003&lng=pt&nrm=iso)>. Acessado em 14 set. 2010

PERES, P. S.(2008)) Comportamento ou Instituições? A evolução histórico do neo-institucionalismo da ciência política. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol 23, n. 68, outubro de 2008.

PERISSINOTTO, R. M. (2004). Política e Sociedade: por uma volta à Sociologia Política. **Política & Sociedade**, n. 5, outubro de 2004, p. 201-230.

SARTORI, G. (1972). Da sociologia da política à sociologia política. In: LIPSET, Seymour Martin. Política e ciências sociais. Rio de Janeiro: Zahar Editores, p. 106-148.

SOUZA, N. R. (S/D). O que é Sociologia Política? Disponível em <<http://www2.videolivrraria.com.br/pdfs/8697.pdf>> Acessado em 11 nov. 2010.

